

## **INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: Refletindo acerca dos impactos da Educação Infantil no desenvolvimento da criança e dos motivos da ausência escolar nessa etapa.**

Janny Hellen dos Santos Silva<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Atualmente é quase impossível falar de infância e não pensar em cuidados, direitos da criança, respeito à infância, e de certa forma, também na Educação Infantil, contudo, nem sempre as coisas foram assim. Até antes do século XVI havia pouca (ou quase nenhuma) distinção entre uma criança e um adulto, sendo estas consideradas e representadas apenas adultos em miniaturas. E embora hoje haja um maior reconhecimento e cuidado com as particularidades da infância, ainda existem muitas crianças que são desassistidas e que tem seus direitos desrespeitados. Dito isto, a presente pesquisa teve como objetivo refletir sobre o novo sentimento de infância, sobre como essa nova compreensão em torno desse sujeito impacta e embasa a criação de leis e espaços voltados para as crianças e, além disso, refletir sobre como mesmo existindo leis e regulamentações que são suporte para uma infância mais respeitada e assistida, continuam havendo crianças que pelos mais diversos motivos tem um de seus direitos básicos negado: a educação. O interesse na temática surgiu a partir de algumas experiências particulares, onde pude presenciar pais e/ou responsáveis de crianças optando por não inseri-las em espaços de socialização infantil por diferentes motivos, que vão desde a incompreensão dessa fase escolar até a situações de ameaças de violência doméstica. Para desenvolver o presente texto, trago autores como Ariès (1981), Aranha (2006), Cartaxo (2011) e muitos outros, além de trazer para contribuir e enriquecer o diálogo dados presentes na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e no Plano Nacional de Educação (PNE). O objetivo dessa pesquisa é, sobretudo, refletir sobre o impacto da educação infantil no desenvolvimento da criança e ponderar porque apesar de já haver dez anos que o PNE estabeleceu a meta de universalização da educação infantil, ainda há tantas crianças fora desse espaço.

**Palavras-chave:** Criança; Infância; Direitos da criança; Educação infantil; Ausência escolar;

### **INTRODUÇÃO**

O presente texto é uma síntese da monografia de mesmo título, que foi escrita e defendida em 2024, surgindo a partir de experiências pessoais que levantaram curiosidade e interesse para entender um pouco acerca do conceito de Infância, o surgimento da Educação Infantil no Brasil e sobre a procura por vagas em instituições que atendem crianças dos 0 aos 5 anos.

---

<sup>1</sup> Graduada no Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [janny.silva@cedu.ufal.br](mailto:janny.silva@cedu.ufal.br).



O interesse pela temática surgiu a partir de algumas experiências particulares (como alguns familiares que optaram por não inserir seus filhos em creches e pré-escolas por não achar uma etapa tão importante) e educadoras que me trouxeram a reflexão em torno das condições familiares que levam as crianças a não irem para escola. Para entender melhor e contextualizar esse cenário, o trabalho se dividiu em três tópicos que trazem a trajetória histórico-social que a infância e a criança pequena enfrentaram até serem reconhecidas como etapa ímpar, a visão assistencialista na qual a educação infantil foi pautada e por fim traz alguns dos motivos de ainda haver crianças fora das creches e pré-escolar e também o porque algumas famílias escolhem (ou são forçadas a escolher) não inserir suas crianças nesses espaços. Assim sendo, é importante salientar que nessa síntese será dado ênfase especialmente na visão assistencialista de Educação Infantil e na ausência escolar.

Para tanto, o trabalho inicia trazendo a definição de Infância e Criança que norteou a pesquisa, entendendo a criança como um sujeito de direitos, autônomo e com liberdade de participar ativamente nas situações que dizem respeito a sua vida. Em seguida, traz uma linha histórico-social que explica como se deu o surgimento da Educação Infantil no Brasil e contextualiza a forma assistencialista que esse modelo de educação adotou no país. E por fim, traz uma reflexão sobre a ausência de algumas crianças nas creches e pré-escolas, levantando questões que vão além da falta de vagas – mas também sobre violência doméstica, ameaça de mortes e fuga de bairros periféricos por pais e/ou familiares que têm envolvimento com mundo do crime.

Isto posto, gostaria de salientar que durante todo o texto é feita referência direta a fatos experienciados por mim durante os últimos anos de formação na graduação — tanto no âmbito profissional, quanto no âmbito pessoal. E isso acontece porque a temática surge justamente devido essas vivências que me fizeram questionar os motivos pelos quais algumas crianças estão fora do lugar que historicamente foi pensado para elas. Portanto, no presente trabalho aciono lugares muito sensíveis da minha vida, levantando principalmente o marcador social (e o lugar de fala de uma pessoa que vem de um bairro periférico) para responder esta questão.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão bibliográfica que perpassa pelo surgimento do sentimento da infância tal qual conhecemos hoje, pelo conceito de criança e a pluralidade de vivências dentro desse período, pela importância da Educação Infantil e



caminha até chegar em uma reflexão que busca levantar os motivos pelos quais levam algumas crianças em fase pré-escolar não estão matriculadas em creches e pré-escolas — que vão muito além da falta de vagas.

Durante a construção do texto, foram utilizados autores base como Philippe Ariès para embasar o conceito de infância que conhecemos hoje em dia (que entende a criança como um sujeito de direitos, que deve ser cuidado, respeitado e acolhido em suas especificidades) e Simone Cartaxo e explicar o surgimento da Educação infantil como um modelo assistencialista que tinha como objetivo disponibilizar espaços de cuidado para as crianças de mulheres trabalhadoras.

Ademais, como banco de dados foi utilizado especialmente o Scielo e o Google Scholar como sites de busca para textos acadêmicos. Por “infância” ser um termo muito amplo para pesquisa, foi necessário refinar ainda mais as palavras chaves para realizar busca por textos que contribuíssem com a fundamentação do texto, buscando assim por sentimento de infância, Educação Infantil e ausência escolar separadamente e linkando diferentes autores. Para fundamentar as experiências que me levaram a questionar sobre a ausência escolar nas creches e pré-escolas utilizei dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para explicar e comprovar os motivos que levam muitas crianças em idade pré-escolar a estarem fora das instituições de socialização e desenvolvimento infantil.

## REFERENCIAL TEÓRICO

Há alguns séculos quando se falava em criança o conceito acerca desse sujeito não era necessariamente o mesmo que temos hoje. Não faz muito tempo que a sociedade compreendia a criança como um adulto em miniatura e um sujeito em construção — sem contar as particularidades específicas dessa fase da vida e o que ele já é enquanto criança. Foi só em meados do século 16 com a diminuição da mortalidade infantil que as crianças começaram a ser vistas como parte da família (ainda na infância) e como sujeitos que precisam de cuidados específicos, e a partir daí a concepção de infância foi mudando.

Para Mariano Narodowski (1993, p. 114) a nova concepção de infância está pautada em duas afirmações: a constatação de um conjunto de carências (a falta de autonomia e sabedoria das crianças quando comparado aos adultos) e a observação de que são objetos de operações fundamentais: se tornado campo de estudo e análise. Portanto, para o autor a infância é construída socialmente e não um fenômeno natural.



Analizando como a infância que conhecemos hoje foi construída através da compreensão de que as crianças são o futuro do mundo, entendemos completamente o que Narodowski quis dizer, pois enquanto a mortalidade infantil era apenas um fato incontestável, as crianças eram apenas seres com pouca importância até a chegada da sua mocidade, por isso, para garantir que uma família prosperasse, as mulheres deveriam ter muitos filhos — uma vez que acreditava-se que a maior parte deles não sobreviveriam a infância.

Corroborando com isso, Ariès traça uma linha cronológica para demonstrar como surgiu esse sentimento da criança como um ser especial, onde ele vai explicar que antes do século XIV era impossível diferenciar uma criança de um adulto nas pinturas se não apenas por seu tamanho levemente reduzido, já que não contavam com nenhuma feição ou vestimentas infantil — ou seja, ser criança antes da idade contemporânea nada mais era do que ser um adulto em miniatura, sem ter suas especificidades respeitadas e muito menos os seus direitos garantidos. Além disso, antes do século XX a criança era vista como responsabilidade única e exclusivamente da família, não tendo a sociedade nenhuma obrigação com o bem estar desse sujeito.

Com a reorganização social que vivemos nos últimos séculos houveram movimentos que exigiram que não só a família, mas também o Estado e a sociedade tivessem deveres e responsabilidade para com as crianças. No Brasil, a valorização da infância aconteceu de forma gradativa e só no final do século dezenove foi criado o primeiro órgão voltado para proteção da criança. No final do século XIX surge o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil (IPAI), que tinha como um dos seus objetivos lutar pela criação de leis que regulassem a vida e a saúde de recém nascidos, além de atender as crianças pobres. Inicialmente, esses órgãos desenvolvidos para o atendimento da criança tinham um caráter não só assistencialista, como também higienista e visavam garantir em especial a sobrevivência desses sujeitos.

Para explicar o caráter assistencialista da educação infantil, Simone Cartaxo (2011) traz uma espécie de linha cronológica dos aspectos fundantes dessa etapa no nosso país, e de acordo com a pesquisadora

Naquele período (transição para o período industrial), o papel da mãe e das outras mulheres era o de cuidar da criança, atendendo-lhe no seu desenvolvimento físico a fim de que esta crescesse e assumisse seu papel social no mundo dos adultos. Na falta da mãe, buscava-se um contexto doméstico para que a criança fosse atendida. Situação em que geralmente: ou a criança ficava com parentes; ou ficava em instituições de guarda, geralmente sob a responsabilidade de entidades religiosas. (Cartaxo, 2011, p. 31).



E foi só com a necessidade da mão de obra feminina nas indústrias que a responsabilidade da educação da criança passou a ser transferida para terceiros e a educação infantil passou a ser vista como uma opção para auxiliar as mulheres enquanto trabalhavam. Tendo em vista que agora o papel dos pais era o de prover recursos financeiros para sustentar a família, foi necessário se pensar um ambiente que garantisse que essas crianças estariam resguardadas até o retorno de seus pais para casa — ainda assim, “o surgimento de instituições formais para o atendimento à criança aconteceu de forma gradativa, acompanhando as necessidades que eram criadas socialmente em diferentes contextos históricos (Cartaxo, 2011, p. 34)”.

Mesmo após tantos anos, a Educação Infantil no Brasil ainda é vista com um caráter assistencialista por muitas pessoas, que desconhecem sua função e sua importância na vida das crianças pequenas. Essa incompreensão se torna perceptível quando procuramos entender os motivos pela busca de vagas em creches e pré-escolas (que majoritariamente são para que mulheres consigam trabalhar tranquilamente sabendo que seus filhos estão bem assistidos e não por achar que é uma etapa crucial), além disso, quando pensamos também nos motivos pelos quais muitas crianças não estão matriculadas — onde a PNAD 2022 vai dizer que os dois principais motivos (havendo outros) dessa não frequência escolar para crianças de zero a três anos se dá por dois fatores:

- A falta de escolas/creches, de vagas e de aceitação nas localidades;
- A escolha dos pais destas crianças.

E é sobre essa escolha dos pais em não inserir as crianças nas escolas que refletiremos a seguir, uma vez que normalmente ao ouvir falar em crianças fora da sala de aula só pensamos na falta de vagas e não em outros fatores que levam a esse afastamento escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a teoria Vygotskyana, a construção real da criança acontece a partir da sua interação com as outras pessoas e com o mundo ao seu redor. Ele não acredita que exista uma sequência universal do desenvolvimento cognitivo infantil, para ele os fatores biológicos (idade, questões físicas, etc.) só prevalecem durante o início da vida das crianças — e após esse período o leque de oportunidades disponíveis para cada



criança são diferenciadas, e assim, o desenvolvimento desse sujeito também acontece de forma diferente.

Para o psicólogo russo há uma relação mútua durante a formação do sujeito. De acordo com ele, essa relação acontece durante a interação da criança com a sociedade — ou seja, enquanto a criança convive socialmente, a sociedade está moldando-a, e ela, mutuamente, está contribuindo para a modificação social. Vygotsky percebeu então que existe uma distância entre aquilo que a criança já sabe fazer e aquilo que ela precisa de ajuda para executar. Essa distância é definida como a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) e fica entre a Zona de desenvolvimento real e a potencial, em outras palavras, ela é caracterizada pelos estímulos que acontecem para que a criança consiga chegar na Zona de Desenvolvimento Real.

Na Educação Infantil vemos isso com uma certa frequência, principalmente nos primeiros anos da criança. Para que a criança se desenvolva ela precisa de um ambiente pensado para a sua estimulação e exploração, precisando também de um adulto disponível para auxiliá-la a cada nova descoberta e tentativa. Ora, não compreendam esse auxílio como o fazer tudo pela criança, ele é na verdade um estímulo para ajudá-la a entender que é capaz de realizar, podendo ser um suporte físico ou um suporte pautado em palavras de afirmação.

É por compreender a importância da interação da criança com outras crianças e com um ambiente pensado para a sua exploração que a Educação Infantil é crucial no processo de desenvolvimento desse sujeito, pois permite que ele conviva com realidades diferentes da que está disponível em sua casa, experimente espaços e diálogos construtivos, conviva com pessoas diferentes, brinque e se aprenda através dessa brincadeira com seus pares e observe o mundo por pontos de vistas diferentes. Contudo, apesar de ser uma etapa crucial muitas pessoas ainda não entendem como ela funciona e qual sua real importância, além de ainda vê-la como um auxílio/rede de apoio.

Destarte, ainda há muitas crianças fora da sala de aula e isso acontece por diversos motivos — que vão desde a falta de vagas em instituições públicas para a inserção destas crianças, até mesmo a escolha dos próprios pais de não as matricularem nesta etapa de ensino por achar que é uma etapa onde a criança vai para escola “apenas para brincar” (não tendo o adulto a noção de que brincar para a criança é algo sério e que interagir com seus pares impacta diretamente no desenvolvimento pleno desse sujeito).

Não tem como negar que um dos maiores fatores de haver crianças fora da sala de aula ainda é a falta de vagas em creches e pré-escolas públicas, contudo, há ainda outros



fatores que não são pensados e que impactam diretamente nesse número de não escolarização (atingindo principalmente crianças periféricas). A partir de agora aproximarei o texto um pouco mais da minha realidade, trazendo relatos e experiências pessoais que levaram à reflexão central dessa pesquisa. Para além da falta de vagas nessas instituições, há outros dois motivos que tendem a fazer famílias não inserir suas crianças nesse ambiente, sendo eles: achar que vão para escola “só brincar” e A convivência direta em um meio social onde o crime impacta na segurança durante o trajeto e a permanência das crianças na escola.

Um exemplo do primeiro cenário na minha vivência particular surgiu de um parente que optou por não colocar sua filha em creches porque segundo ele estaria pagando (em caso de instituição privada) ou levando-a (em casos de instituições públicas) para ir “apenas brincar” fora de casa, e com suas palavras, “brincar por brincar, ela brinca em casa”. Sendo assim, quando a situação da ausência escolar é uma opção familiar, ela acontece muitas vezes pela falta de informação do que se faz dentro dessas escolas e de como essa etapa impacta diretamente no desenvolvimento global dessa criança, ajudando-a em aspectos sócio-emocionais e também cognitivos — mas principalmente dando espaço para que sejam protagonistas do seu processo de desenvolvimento.

Nas famílias que escolhem não por seus filhos na escola por não compreenderem a função da Educação Infantil encontra-se uma outra pauta: o homeschooling. No modelo de educação domiciliar proposto pelos pais que querem ensinar seus filhos em casa, só se tem a preocupação do desenvolvimento cognitivo da criança — alegando que nas escolas (tanto públicas, quanto privadas) a qualidade desse ensino é precária. Contudo, uma educação de qualidade trabalha muito mais do que apenas a cognição, ela desenvolve as habilidades motoras da criança (tanto grossa, quanto fina) — como correr, pular, saltar, manter o equilíbrio estático e dinâmico, o arremessar, chutar, pegar objetos grandes ou pequenos, empilhar, ter bem desenvolvido o movimento de pinça, etc. Além de trabalhar questões socioemocionais e possibilitar a interação da criança com outras crianças da sua idade e um pouco mais velhas.

Já no segundo cenário (a convivência direta com o mundo do crime) trago duas problemáticas que não aparecem citadas em nenhum artigo científico de meu conhecimento: a necessidade de tirar seus filhos da escola por medo de que aconteça algum atentado à sua vida ou para fugirem de seus maridos agressores. Antes de explicar do que se trata essas situações, devo ressaltar que todas as informações sobre



elas são fruto de experiências informais, que especificamente vi e ouvi acontecer algumas vezes dentro do bairro onde moro e nos seus arredores, além de presenciar também em instituições em que trabalhei. Portanto, para adentrar na primeira problemática deixe-me ser mais clara quanto a esta situação: em primeiro lugar, vou situá-los da realidade presente no bairro.

Moro no último bairro de Maceió, um bairro histórico mas pouco conhecido, que até alguns anos atrás não tinha todas as ruas asfaltadas e nem água em todas as partes do bairro. Aqui em Ipioca existe uma área mais isolada que chamamos de grotas. As grotas são o que popularmente conhece-se como favelas, lugares com mais dificuldades de acesso, com menos saneamento básico, com casas mais humildes e pessoas em situação de vulnerabilidade social — que muitas vezes acabam recorrendo às drogas e ao mundo do crime. Em uma conversa com uma educadora da rede pública daqui perguntei os motivos pelos quais as crianças mais saiam da escola, ela me disse que no nosso bairro a procura por vaga é muito grande pela necessidade dos pais trabalharem fora, contudo, existem casos das crianças precisarem sair da escola para morar em outros lugares, saindo “fugidas” do bairro.

O termo “sair fugida” quer dizer que as famílias foram forçadas a deixar o bairro para evitar atentados, isso normalmente acontece porque algum parente próximo se envolveu no mundo do crime e tem alguma pendência (seja por dívidas de drogas, por ter cometido crimes como assaltos e/ou assassinatos e até mesmo ameaças de vingança recebidas) que pode ser cobrada tanto em si próprio, quanto nas pessoas que este sujeito demonstra se importar e ter algum afeto — como pais, irmãos, cônjuges e filhos. Sendo assim, em bairros mais humildes a ausência escolar se dá por muitos motivos, pela escolha dos pais, por falta de vagas e/ou instituições, mas também acontece por medo de expor essas crianças no trajeto casa-instituição e acabar perdendo-as.

A segunda problemática, refere-se aos casos de violência contra mulher que ano após ano vem crescendo em Maceió. De acordo com o mapa de violência contra a mulher (disponível no site de Segurança Pública de Alagoas — SSP) “Maceió foi o município que mais registrou casos de violência doméstica em 2021”. Em 2024, somente nos dois primeiros meses, foram somados mais de 1.100 casos de violência contra mulher em Alagoas (Tribuna Hoje, 2024), onde de acordo com o site “Somente na capital Maceió, são 473 casos de violações e 82 denúncias registradas.”

Em 2023 trabalhei como estagiária da Educação Infantil de em uma instituição do terceiro setor. Durante o ano letivo presenciei o caso de um menino de cinco anos



que estudava na última etapa da Educação Infantil e passou o ano quase todo afastado da instituição. Com suas ausências constantes, o sinal vermelho foi acionado e a docente foi até a gestão em busca de respostas — e por se tratar de uma rede de escolas que atendem pessoas em vulnerabilidade social já suspeitava-se que se tratava de algum problema familiar.

A mãe da criança não atendia o celular, não retornava os e-mails, e nem comparecia à escola com os recados que eram mandados pelo portal do aluno. Com isso, uma das orientadoras pedagógicas se disponibilizou a ir até a casa da família em busca de respostas. Ao chegar lá encontrou a casa fechada, mas os vizinhos e parentes se prontificaram em recebê-la e avisaram que ambos (mãe e filho) haviam saído de casa e ido morar em uma região mais distante devido a uma agressão doméstica que a mãe havia sofrido do marido.

Para evitar que a criança fosse ainda mais prejudicada, a orientadora se disponibilizou para pagar transporte escolar para buscar e levar o menino para casa, mas a mãe não aceitou (por ter receio que o ex-marido fosse atrás do menino e o machucasse ou usasse-o como uma forma de se reaproximar). Então, vez ou outra ele aparecia na escola, mas durante todo ano não se contabilizou quatro meses seguidos de frequência escolar.

Lembro como hoje que esse caso desestruturou tanto eu, quanto a docente que trabalhava comigo. Quando ele conseguia comparecer nós comemorávamos bastante — e as outras crianças também. Foi uma situação delicada, a mãe estava sob medida protetiva, a criança com uma série de traumas instaurados, se tornando agressivo e arredio, e, infelizmente, não havia muito que pudéssemos fazer para ajudá-los.

É importante salientar que não estávamos romantizando o caráter assistencialista que foi atribuído à educação infantil quando sugerido pagar o transporte escolar da criança ou ao ir em sua residência em busca de respostas, mas foi por compreender o papel social da educação e os deveres da sociedade para com as crianças que nessa situação em específico toda a instituição e educadores se colocaram de certa forma a disposição dessa família para ajudá-los a ter o mínimo de estabilidade. Além disso, devemos garantir aos educandos uma educação de acordo com o que a Constituição Federal de 1988 diz, ou seja, um direito de todos, um dever da família em colaboração com a sociedade, visando o desenvolvimento pleno da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.



Casos como esses citados acima só nos mostram que a ausência escolar nessa etapa de ensino é muito mais delicada do que pensamos, ela envolve ou pode envolver muitas outras camadas que não compreendemos — e que não iremos perceber se não pararmos para ouvir e observar atentamente. A Educação Infantil é crucial para o desenvolvimento pleno da criança, a não participação durante essa fase da vida pode trazer uma série de lacunas para as outras etapas, portanto, não devemos nos preocupar apenas com as carteiras que estão ocupadas, mas principalmente com aquelas que estão vazias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o presente texto compreendemos que o sentimento de infância é uma construção social, ou seja, ele não surge naturalmente, mas é construído a partir da visão que a sociedade tem da função social desse sujeito. Sendo assim, com a diminuição da taxa de mortalidade infantil a infância deixa de ser vista apenas como uma etapa que antecede a mocidade e passa a ser vista como uma fase da vida que tem suas especificidades.

Com essa nova concepção de infância a criança começa a ser vista como um sujeito social, que tem direitos e que precisa ser observada de acordo com suas particularidades — deixando de ser compreendida como um adulto em miniatura e sendo observada com um sujeito que está constantemente em formação, descobrindo o mundo e desenvolvendo-se a partir da sua interação com ele.

Hoje a interação da criança com o mundo ao seu redor e com seus pares é reconhecida como um fator primordial no seu desenvolvimento, com isso, a etapa que conhecemos como Educação Infantil se tornou crucial e indispensável. Surgida com um caráter elitista e posteriormente assistencialista, hoje ela é vista como um espaço de interação e desenvolvimento infantil, que ainda passa por diversas reestruturações para se tornar um ambiente que propicia o desenvolvimento pleno do sujeito (cognitivo, motor e sócio emocional).

Isto posto, com esse caráter que ela assume agora (de contribuição para o desenvolvimento pleno), diversas leis surgem para garantir que ela seja vista como um direito da criança, onde é dever do Estado ofertar vagas e instituições, e dever da família matricular seus filhos nesse ambiente. Em 2008, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trouxe um grande marco para essa etapa de ensino, onde no título III, art. 4 e inciso X a LDB passou a determinar que é obrigatório que crianças a



partir dos quatro anos de idade estejam matriculadas na Educação Infantil, e o PNE (em 2014) trouxe como meta a universalização da Educação Infantil para crianças dos quatro até os seis anos incompletos e o atendimento de pelo menos 50% de crianças dos zero até os três anos de idade em creches públicas no território brasileiro.

Mesmo com a meta estabelecida a dez anos atrás, ainda não alcançamos esses dados. Ainda hoje é possível encontrar uma porcentagem significativa de crianças que se encontram fora da escola. Sendo assim, refletimos os motivos que levam a essa não frequência escolar, percebendo que estes sujeitos se encontram fora desse ambiente por diversas razões — que vão desde a falta de instituições que ofertam vagas, até situações de violência doméstica.

Agora que conhecemos alguns dos inúmeros motivos e peculiaridades que fazem com que estas crianças não estejam no ambiente de interação com seus pares, é hora de ampliar nossa reflexão. Sendo assim, para finalizar o presente trabalho gostaria de levantar uma questão sobre a função social da Educação Infantil e sobre as lacunas que a falta de interação com outras crianças, a falta de afeto e falta de respeito e compreensão com esses sujeitos nesses primeiros anos podem ocasionar em toda sua vida.

Ora, é possível notar que as crianças pequenas que estão fora das creches e pré-escolas acabam se tornando novamente uma exclusividade familiar, não sendo acompanhadas diariamente por outros órgãos que observem como acontece a sua criação. Isto posto, sabemos que ainda hoje existem algumas famílias que são muito agressivas com seus filhos, criando-os dentro de um contexto de violência psicológica, e, muitas vezes, física também. Assim sendo, a questão que gostaria de deixar para vocês refletirem é a respeito da importância da promoção de uma criação e uma Educação Infantil respeitosa para o desenvolvimento da autonomia e autoconfiança da criança, visto que algumas lacunas que são ocasionadas pela falta de respeito do adulto com a o processo de desenvolvimento e autoconhecimento infantil. Se existem crianças fora do ambiente escolar, quem irá garantir que elas sejam criadas conforme o que dizem as leis de proteção à infância? e, ainda mais, quem irá se responsabilizar por uma criança que foi desassistida nessa fase da vida?

Encerro o presente trabalho reforçando a importância de um espaço seguro onde a criança possa testar suas hipóteses sem medo e perigo, de uma criação familiar que respeite a individualidade e as peculiaridades desse sujeito e de uma Educação Infantil que instigue o desenvolvimento da autonomia desse ser, utilizando de abordagens



pedagógicas participativas para fazer desse sujeito não só coadjuvante dessa etapa, mas sim o centro de toda ela.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. De 2019 para 2022, trabalho infantil aumentou no país. Disponível em: <<https://www.google.com/url?q=https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38700-de-2019-para-2022-trabalho-infantil-aumentou-no-pais&sa=D&source=docs&ust=1709170663532740&usg=AOvVaw162kzgDEm7xVxk2xzxaDx8>>. Acesso em: 03. Mai. 2024.

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CARTAXO, Simone R. Manosso. Pressupostos da Educação Infantil. Curitiba: Ibpx, 2011. 204 p. (Série Fundamentos da Educação).

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma. Psicologia da Educação. São Paulo: Cortez, 2. ed. 1992.

FREIRE, M M de L; LEONY, V da S. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.199-225. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pMzXR6Xv9xBJgG9gyc4ZrZv/#t>>.. Acesso em: 18. Mar. 2024.

NARODOWSKI, Mariano. Infância e poder: A confrontação da pedagogia moderna. Tese de doutorado em educação. Universidade Estadual de Campinas, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/71898>>. Acesso em: 12 de Dez. 2023.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS - SSP/AL. Mapa da violência contra mulher - 2021. Disponível em: <<http://mulhersegura.seguranca.al.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/Mapa-da-Viol%C3%A2ncia-Contra-a-Mulher-Alagoas-2021.pdf>>. Acesso em: 29. Mai. 2024.

